II, III, VI e IX da Constituição Federal; o artigo 55, IV, da Lei Complementar Estadual nº 57, de 06 de julho de 2006; os artigos 1º a 3º do Decreto-Lei nº 41, de 18 de novembro de 1966; o artigo 12 da Resolução nº 003/2000, de 17 de setembro de 2000;

CONSIDERANDO que o múnus ministerial abrange o exame de suas contas, a fiscalização do seu funcionamento, o controle da adequação da atividade da instituição a seus fins de legalidade e pertinência dos seus atos administrativos, podendo fiscalizar a aplicação dos recursos e promover tanto a anulação dos atos ilegais como a própria dissolução;

CONSIDERANDO que é função do Ministério Público promover procedimento administrativo de apuração finalística de contas bem como, se necessário, inquérito civil público para averiguar eventuais irregularidades nas fundações e demais entidades de interesse social sem fins lucrativos mormente naquelas que recebem recursos públicos ou privados que tem fins assistenciais ou de interesse social;

RESOLVE:

I) INSTAURAR procedimento administrativo preliminar para apuração finalística das contas da entidade de interesse social ASSOC. RECREATIVA BENF. CARNAVALESCA relativa ao ano-calendário 2009;

II) AUTUAR a presente portaria, com seu registro em livro próprio da Promotoria de Fundações e Massas Falidas da Comarca de Belém;

III) PUBLICAR a presente portaria no Diário Oficial do Estado;

IV) JUNTAR aos autos cópias da ata de constituição e do Estatuto do(a) ASSOC. RECREATIVA BENF. CARNAVALESCA

V) NOTIFICAR o(a) Sr(a). Responsável Legal do(a) ASSOC. RECREATIVA BENF. CARNAVALESCA, a fim de apresentar, até o dia 31/07/2010, a prestação de contas do ano-calendário de 2009;

VI) NOMEAR, sob compromisso para secretariar os trabalhos, atuando neste procedimento preliminar de prestação de contas, o(a) Sr(a). Raionilva Joana Lemos Pontes, Auxiliar de Administração do Ministério Público do Estado do Pará; Após, voltem-me conclusos para novas deliberações. Belém, 15 de Junho de 2010.

CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Promotora de Justiça de Fundações e Massas Falidas, em exercício

PORTARIA Nº 323/2010-PAPPCF/PJFMF

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 138179

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FUNDAÇÕES E MASSAS FALIDAS DA COMARCA DE BELÉM

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PRELIMINAR DE

PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICAS

PORTARIA Nº 323/2010-PAPPCF/PJFMF

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, através da PROMOTORIA DE JUSTIÇA de Fundações e Massas Falidas com fundamento nas disposições constitucionais legais;

CONSIDERANDO que o(a) ASSOC. CARNAVALESCA MOCIDADE BOTAFOGUENSE no ano-calendário de 2009 recebeu recursos públicos e privados que totalizaram a importância de R\$8.000,00 (OITO MIL REAIS);

CONSIDERANDO que o Plano Geral de Atuação do Ministério Público do Estado do Pará, na área de direitos sociais fundamentais, implementa ações visando o combate à corrupção e à improbidade administrativa, na utilização dos recursos destinados ao terceiro setor sobretudo àqueles disponibilizados às fundações de direito privado e às entidades de interesse social ou assistencial;

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, na Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), de 12 de fevereiro de 1993 e na Lei Complementar Estadual nº 057, de 06 de julho de 2006, (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público fiscalizar, através da Promotoria de Fundações e Massas Falidas da Comarca de Belém, as entidades sociais que tenham sede ou atuem no município de Belém, nos moldes dos artigos 127, caput, e 129, II, III, VI e IX da Constituição Federal; o artigo 55, IV, da Lei Complementar Estadual nº 57, de 06 de julho de 2006; os artigos 1º a 3º do Decreto-Lei nº 41, de 18 de novembro de 1966; o artigo 12 da Resolução nº 003/2000, de 17 de setembro de 2000;

CONSIDERANDO que o múnus ministerial abrange o exame de suas contas, a fiscalização do seu funcionamento, o controle da adequação da atividade da instituição a seus fins de legalidade e pertinência dos seus atos administrativos, podendo fiscalizar a aplicação dos recursos e promover tanto a anulação dos atos ilegais como a própria dissolução;

CONSIDERANDO que é função do Ministério Público promover procedimento administrativo de apuração finalística de contas bem como, se necessário, inquérito civil público para averiguar eventuais irregularidades nas fundações e demais entidades de interesse social sem fins lucrativos mormente naquelas que recebem recursos públicos ou privados que tem fins assistenciais ou de interesse social;

RESOLVE:

I) INSTAURAR procedimento administrativo preliminar para apuração finalística das contas da entidade de interesse social ASSOC. CARNAVALESCA MOCIDADE BOTAFOGUENSE relativa ao ano-calendário 2009;

II) AUTUAR a presente portaria, com seu registro em livro próprio da Promotoria de Fundações e Massas Falidas da Comarca de Belém;

III) PUBLICAR a presente portaria no Diário Oficial do Estado;

IV) JUNTAR aos autos cópias da ata de constituição e do Estatuto do(a) ASSOC. CARNAVALESCA MOCIDADE BOTAFOGUENSE

V) NOTIFICAR o(a) Sr(a). Responsável Legal do(a) ASSOC. CARNAVALESCA MOCIDADE BOTAFOGUENSE, a fim de apresentar, até o dia 31/07/2010, a prestação de contas do ano-calendário de 2009;

VI) NOMEAR, sob compromisso para secretariar os trabalhos, atuando neste procedimento preliminar de prestação de contas, o(a) Sr(a). Artur Eugenio Brito Maia, Auxiliar de Administração do Ministério Público do Estado do Pará; Após, voltem-me conclusos para novas deliberações. Belém, 15 de Junho de 2010.

CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Promotora de Justiça de Fundações e Massas Falidas, em exercício

PORTARIAS DA PGJ

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 137722

PORTARIA Nº 2182/2010-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o processo bial de Acompanhamento e Avaliação do Plano Geral de Atuação do Ministério Público do Estado do Pará;

CONSIDERANDO os termos da PORTARIA Nº 2289/2009-MP/PGJ, de 9 de junho de 2009, publicada no Diário Oficial do Estado em 18 de julho de 2009, que instituiu Grupo de Apoio Técnico (GAT), no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, para dar suporte aos Membros na elaboração e no controle da execução dos instrumentos de planejamento estratégico e operacional; CONSIDERANDO a necessidade de apoio logístico ao citado Grupo de Apoio Técnico,

R E S O L V E:

Art. 1º INSTITUIR Grupo de Apoio Logístico para dar suporte às atividades do Grupo de Apoio Técnico, referente ao processo bial de Acompanhamento e Avaliação do Plano Geral de Atuação do Ministério Público do Estado do Pará, no ano de 2010. Art. 2º DESIGNAR os servidores do Ministério Público do Estado do Pará abaixo relacionados para comporem o Grupo de Apoio Logístico de que trata o artigo anterior:

CARLOS ANDERSON CORRÊA SILVA – Auxiliar de Administração
GORETH ROCHA BORBA COSTA – Auxiliar de Administração
JOSÉ CARLOS DE SOUSA VIEIRA – Auxiliar de Serviços Gerais
SILVIA REGINA LEÃO DE OLIVEIRA – Auxiliar de Administração
Art. 3º O Grupo desenvolverá suas atividades no período de 19/4 a 15/06/2010.

Art. 4º Esta Portaria retroage seus efeitos a 19 de abril de 2010. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 31 de maio de 2010.

GERALDO DE MENDONÇA ROCHA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2903/2010-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 21, inciso XIX, c/c o art. 67, §2º e 3º da Lei Complementar nº 057, de 06/07/2006, no §2º do art. 13 da Resolução nº 011/2009 - CPJ, de 20/08/2009, art. 12 da Lei Federal nº 11.788 de 25/09/2008 e os termos da Resolução nº 42, de 16/06/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público e as recentes decisões do Supremo Tribunal Federal,

R E S O L V E:

Art. 1º Fixar, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, o valor da bolsa de estágio em R\$ 425,00 (quatrocentos e vinte e cinco reais) para os estudantes de estágio não-obrigatório.

Art. 2º Fixar, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, o valor do auxílio-transporte em R\$ 40,00 (quarenta reais) para os estudantes de estágio obrigatório e não-obrigatório.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 14 de julho de 2010.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador-Geral de Justiça, em exercício

PORTARIA Nº 3123/2010-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais e considerando que na 6ª Sessão Extraordinária, realizada no dia 20/7/2010, o Egrégio Conselho Superior do Ministério

Público do Estado do Pará, decidiu, à unanimidade, pelo arquivamento do Processo de Impugnação ao vitaliciamento do Promotor de Justiça Emério Mendes Costa, em razão da superveniente perda do objeto, fundamentado nas decisões da Corregedoria-Geral do Ministério Público que arquivou os Procedimentos Disciplinares Administrativos de nºs 017/2010/MP/CGMP, 018/2010/MP/CGMP e 019/2010/MP/CGMP, nos termos da Ata publicada no dia 23/7/2010,

R E S O L V E:

DETERMINAR que o Promotor de Justiça EMÉRIO MENDES COSTA retome, a contar do dia 20/7/2010, o exercício das funções na titularidade da PROMOTORIA DE JUSTIÇA de Senador José Porfírio e respondendo pelo 2º cargo da PROMOTORIA DE JUSTIÇA de Altamira, em conformidade, respectivamente, com o Ato de Nomeação publicado no D.O.E. em 21/5/2008 e PORTARIA Nº 192/2010-MP/PGJ, publicada no D.O.E. de 3/3/2010.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 23 de julho de 2010.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador-Geral de Justiça, em exercício

PORTARIA Nº 3130/2010-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais e tendo em vista os termos do Ofício nº 062/2010/MP/CPADS, de iniciativa do Sr. Wagner Aragão Sales, Presidente da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância, protocolizado sob o nº 26574/2010, em 21/7/2010;

R E S O L V E:

SOBRESTAR o Processo Administrativo Disciplinar, instaurado por meio da PORTARIA Nº 2612/2010-MP/PGJ, de 1º/7/2010, publicada no D.O.E. de 6/7/2010, a contar de 21/7/2010.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 26 de julho de 2010.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador-Geral de Justiça, em exercício

PORTARIA Nº 3139/2010-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 9º, §1º, da Lei Complementar nº 057, de 06.07.2006,

R E S O L V E:

DESIGNAR a Procuradora de Justiça MARIA DA GRAÇA AZEVEDO DA SILVA para responder pelo expediente desta Procuradoria-Geral de Justiça, nos dias 29 a 30/7/2010, em razão do afastamento deste signatário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 27 de julho de 2010.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador-Geral de Justiça, em exercício

PORTARIA Nº 3140/2010-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

DESIGNAR a Procuradora de Justiça MARIA DA GRAÇA AZEVEDO DA SILVA para, nos dias 29 a 30/7/2010, responder pelo expediente da Subprocuradoria-Geral de Justiça para a área Jurídico-Institucional, durante o afastamento do Subprocurador-Geral de Justiça, em exercício.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 27 de julho de 2010.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador-Geral de Justiça, em exercício

SUPRIMENTO DE FUNDO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 137769

ERRATA DA PUBLICAÇÃO: 137423

PORTARIA: 3110/2010

Prazo para Aplicação (em dias): 60

Prazo para Prestação de Contas (em dias): 10

Servidor: ELIANA NAZARE FONSECA COELHO

Cargo: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO

Matrícula Funcional: 996820

Recurso(s):

Programa de Trabalho Fonte do Recurso Natureza da Despesa Valor

03092123745090000 0101000000 339030 500.00

Observação: O SUPRIDO DEVERÁ UTILIZAR O RECURSO NO PRAZO DE 60 DIAS, A CONTAR DA DATA DO RECEBIMENTO DO VALOR, DE ACORDO COM O INCISO VIII, DA PORTARIA Nº 1154/2006-PGJ, E A PRESTAÇÃO DE CONTAS DEVERÁ SER APRESENTADA EM 10 DIAS, SUBSEQUENTES, APÓS O TÉRMINO DO PERÍODO DE APLICAÇÃO, NOS TERMOS DO INCISO IX.

Ordenador: MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

CONTINUA NO CADERNO 6